

RAPHAEL RODRIGUES SORÉ

Prefácio
Gustavo Ungaro

A LEI ANTICORRUPÇÃO
EM CONTEXTO
ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO E O
COMBATE À CORRUPÇÃO CORPORATIVA

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S713l Soré, Raphael Rodrigues
A Lei Anticorrupção em contexto: estratégias para a prevenção e o combate à corrupção corporativa / Raphael Rodrigues Soré.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.
180 p.; 14,5cm x 21,5cm.
ISBN: 978-85-450-0641-1
1. Direito Administrativo. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Público. I. Título
CDD: 341.3
CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SORÉ, Raphael Rodrigues. *A Lei Anticorrupção em contexto: estratégias para a prevenção e o combate à corrupção corporativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 180p. ISBN 978-85-450-0641-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
AGENDA ANTICORRUPÇÃO, NECESSIDADE DEMOCRÁTICA	
Gustavo Ungaro	13
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1.....	27
O COMBATE E A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	27
1.1 O conceito de <i>corrupção</i>	27
1.2 Por que combater a corrupção	35
1.2.1 Raízes, efeitos e características da corrupção	36
1.3 A história do combate à corrupção	44
1.3.1 A história da tipificação e do combate à corrupção no mundo	45
1.3.2 A história da tipificação e do combate à corrupção no Brasil	47
1.4 As normas de combate à corrupção	51
1.4.1 Estratégias normativas de combate e prevenção da corrupção	52
1.4.2 Normas de comando e controle no combate à corrupção.....	56
1.4.2.1 Normas penais de combate à corrupção no Brasil atual	56
1.4.2.2 Ação popular	61
1.4.2.3 Ação civil pública.....	61
1.4.2.4 Lei de Improbidade Administrativa.....	62
1.4.3 Normas de redução de vulnerabilidade à corrupção	63
1.4.3.1 Lei de Responsabilidade Fiscal	64
1.4.3.2 Lei da Ficha Limpa	64
1.4.3.3 Lei de Acesso à Informação	65
CAPÍTULO 2	
A LEI Nº 12.846/2013 E A FIGURA DO CORRUPTOR	
EMPRESARIAL.....	67
2.1 Corrupção e quebra de confiança: o esquecimento do corruptor.....	67
2.2 A empresa e a corrupção	69
2.2.1 A função social da empresa.....	71
2.3 O combate à corrupção corporativa	74
2.3.1 O <i>Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)</i> e o nascimento do <i>compliance</i> empresarial.....	75
2.3.2 A convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	79

2.3.3	Outras convenções internacionais	81
2.4	A estratégia de combate à corrupção corporativa.....	82
2.4.1	Os problemas do combate à corrupção corporativa	85
2.4.2	Engajamento dos acionistas.....	87
2.4.3	Engajamento do nível gerencial.....	89
2.4.4	O foco na cultura corporativa.....	93

CAPÍTULO 3

A LEI Nº 12.846/2013 NO CONTEXTO DO COMBATE E		
PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO PÚBLICA		97
3.1	Histórico da Lei nº 12.846/2013	97
3.2	O foco na eficiência e na efetividade.....	99
3.2.1	A ausência do elemento subjetivo	99
3.2.2	Impactos sobre a terceirização	102
3.3	O que se pune?	105
3.3.1	Questões controvertidas.....	107
3.3.1.1	Conceito de “vantagem indevida”	107
3.3.1.2	O significado do termo “comprovadamente”	111
3.4	Quem se pune?	112
3.5	As esferas de responsabilização.....	115
3.6	Com o que se pune?.....	117
3.7	Os mecanismos de integridade corporativa na legislação anticorrupção brasileira e sua inspiração internacional.....	121
3.7.1	O comprometimento da alta direção	125
3.7.2	Códigos, políticas e treinamentos aplicáveis a funcionários e terceiros	126
3.7.3	Controles internos e integridade contábil	128
3.7.4	Mapeamento de risco e interação com o Poder Público.....	131
3.7.5	Estrutura de integridade: departamento de <i>compliance</i> e canal de denúncia.....	132
3.7.6	Incentivos e desincentivos e direcionamento ao comportamento ético	135
3.7.7	Controles e diligências sobre terceiros.....	136
3.7.8	Diligência em operações societárias.....	137
3.7.9	Ciclo de integridade	139
3.8	O acordo de leniência	140
3.8.1	O dilema do prisioneiro	142
3.8.2	O fator temporal.....	144
3.8.3	O tamanho do incentivo e do desincentivo.....	146
3.8.4	Aspectos práticos da leniência na Lei nº 12.846/2013	147
CONCLUSÃO		161
REFERÊNCIAS.....		173